



# TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Serviço Social

Caderno de Prova, Cargo 15, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Instruções:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1 Os princípios éticos são normas de comportamento social, e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias. Como normas de comportamento humano, os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas. Ao contrário do que sustentaram grandes pensadores, como Hobbes, Leibniz e Espinosa, a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico (ordine geometrico demonstrata). As normas éticas tampouco podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação, como se se tratasse de leis zoológicas. Durante boa parte do século XIX, alguns pensadores, impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza, sucumbiram à tentação de explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas.

Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando constantemente as previsões “científicas”. Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação. Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder desenvolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica. Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana. Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condicionantes da vida social como seus princípios diretivos.

(Adaptado de COMPARATO, Fábio Konder. **Ética:** direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 494-5)

OBS.: Hobbes (1588-1679), Leibniz (1646-1717), Espinosa (1632- 1677) – filósofos

**ordine geometrico demonstrata** – em tradução livre, “demonstrado segundo a ordem geométrica”

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) atribui à filosofia a responsabilidade pelo fato de a ética ser entendida sob perspectivas díspares, entre elas, a da geometria.
  - (B) faz um inventário de como a ética foi concebida no século XIX, para, ao fim, referendar o ponto de vista oferecido pelo determinismo.
  - (C) argumenta em defesa da imutabilidade das normas éticas, por considerá-las produtoras de sistema mais coeso e coerente que muitos outros, o matemático, por exemplo.
  - (D) tematiza a variabilidade da compreensão da ética em certos filósofos, e alude a sua própria idéia sobre o assunto, erigida em consonância com as convergências entre ele e esses pensadores.
  - (E) apresenta sua compreensão da ética e, para mais bem caracterizá-la, vale-se prioritamente de argumentos embasados no contraste.

2. No contexto, a frase do primeiro parágrafo que expressa uma causa é:

- (A) (linhas 13 a 16) *impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza.*
- (B) (linhas 3 a 6) *os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas.*
- (C) (linhas 7 a 9) *a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico* (ordine geometrico demonstrata).
- (D) (linhas 9 a 11) *As normas éticas tampouco podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação.*
- (E) (linha 2 e 3) *e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias.*

3. É correto afirmar:

- (A) (linha 12) *século XIX*, de acordo com a norma padrão, deve ser escrito por extenso por meio do numeral cardinal “dezenove”, assim como deve ocorrer com “século VIII”.
- (B) (linha 12) em *Durante boa parte do século XIX*, o adjetivo exprime juízo de valor atribuído aos anos em que ocorreram os fatos mais significativos para a história do pensamento.
- (C) (linha 9) o uso de *tampouco* denota que a seqüência estabelecida na argumentação institui uma hierarquia, na qual os enunciados científicos são considerados os mais desprestigiados.
- (D) (linha 6) o segmento *Ao contrário do que* pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original e da correção, por “Contrariamente ao que”.
- (E) (linhas 4 e 5) a correlação notada na segunda frase do texto é estabelecida por meio das expressões *não só e mas também*, e exprime idéia de alternância.

4. *Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando constantemente as previsões “científicas”.*

Considerada a frase acima, em seu contexto, é correto afirmar:

- (A) A conjunção *Ora* estabelece com a frase anterior relação de mera adição, equivalendo a “além disso”.
- (B) A locução verbal *queira eliminar* expressa um fato considerado em sua efetiva realização.
- (C) A forma verbal *desafiando* expressa noção de “tempo”.
- (D) A expressão *por mais que se queira* pode ser substituída por “ainda que se deseje e se insista em”, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical.
- (E) A expressão *previsão “científica”* é formada por palavras que se excluem mutuamente, o que justifica o emprego das aspas para indicar que deve ser entendida em sentido figurado.

<p>5. <i>Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação.</i></p> <p>Afirma-se com correção, considerada a frase acima, em seu contexto:</p> <p>(A) O emprego de <i>Somos</i> produz generalização, mas relativa, pois o argumento produzido não chega a abarcar a totalidade da condição humana.</p> <p>(B) No segmento <i>Somos o único ser que combina</i>, uma vírgula colocada depois de <i>ser</i> manteria o sentido original e a correção da frase.</p> <p>(C) A frase, estruturada em torno dos verbos <i>Somos e combina</i>, expressa o descolamento do ser em relação à coercitividade do universo natural.</p> <p>(D) Explica-se cabalmente o paralelismo estabelecido na frase deste modo: <i>a necessidade física e biológica está para os deveres éticos, assim como a sujeição está para a ação.</i></p> <p>(E) O fragmento <i>Somos o único ser que combina</i> pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por “Somos um ser que combina, por excelência”.</p>	<p>8. <i>Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condicionantes da vida social como seus princípios diretivos.</i></p> <p>A alternativa que apresenta, de maneira clara e correta, o modo como a frase acima deve ser entendida, no seu contexto, é:</p> <p>(A) Entretanto isso não condiz, visto que não devemos considerar esses itens disciplinadores da vida social em seus princípios constitutivos.</p> <p>(B) Tratam-se, todavia, de fatores que, apesar de serem considerados limitando, não devem ser tidos como inibidores do desenvolvimento social, em princípio.</p> <p>(C) Contudo, isso não justifica que tais elementos que influenciam a vida social sejam concebidos como predeterminantes dos rumos que ela venha a tomar.</p> <p>(D) Mas é o caso de se deixar de lado que os fatores sejam condicionantes da sociedade, pelo fato de constituir princípios de direção.</p> <p>(E) Porém, esses fatores não basta para que se deva tomá-los como idéias norteadoras da vida em sociedade, sendo mesmo fatores que condicionam.</p>
<p>6. <i>Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder desenvolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica.</i></p> <p>Observada a frase acima, e sempre considerando o contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>Como é passível de comprovação</i>, a conjunção introduz um dos termos de uma relação comparativa.</p> <p>(B) O adjetivo <i>passível</i> está empregado em respeito à norma padrão da Língua Portuguesa, assim como o está em “Eram depoimentos realmente passível de contestação”.</p> <p>(C) A expressão <i>em toda sociedade</i> pode ser substituída por “na sociedade como um todo”.</p> <p>(D) O emprego de <i>determinados</i> contribui para a expressão da idéia de que o homem, por meio de sua ação, pode relativizar exclusivamente as forças exteriores que o cerceiam.</p> <p>(E) Em <i>como o patrimônio genético</i>, o termo destacado equivale a “a exemplo de”.</p>	<p>9. A expressão do texto que está corretamente entendida é:</p> <p>(A) <i>premissas doutrinárias</i> – verdades conclusivas de um conjunto de conhecimentos ou crenças.</p> <p>(B) <i>sucumbiram à tentação de explicar</i> – renderam-se às evidências de que era errôneo explicar.</p> <p>(C) <i>explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas</i> – justificar o nascimento da espécie tomando como paradigma o fatalismo.</p> <p>(D) <i>passível de comprovação</i> – suscetível de ter sua validade atestada.</p> <p>(E) <i>tem sido um desafio constante lançado à espécie humana</i> – surge intermitentemente como chamado à ação humana como espécie.</p>
<p>7. <i>Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana.</i></p> <p>A frase acima, em seu contexto, abona a seguinte assertiva:</p> <p>(A) <i>Vencer</i> constitui emprego do infinitivo como substantivo, emprego também exemplificado por “Recordar é viver”, que equivale a “A recordação é vida”.</p> <p>(B) o pronome <i>tais</i> introduz idéia de indeterminação, para que se compreenda que o citado desafio está relacionado a qualquer que seja a limitação imposta à espécie humana.</p> <p>(C) a palavra <i>limites</i>, cognata de <i>limitações</i> (linha 25), foi empregada sem a noção de “cerceamento” notada no uso desta última.</p> <p>(D) o emprego de <i>tem sido</i> constitui um deslize do autor, pois, de acordo com a norma padrão, a forma correta a ser empregada é “têm sido”.</p> <p>(E) o sinal indicativo da crase está usado em conformidade com a norma padrão, assim como o está em “lançado à qualquer que seja o ser humano”.</p>	<p>10. Considere as assertivas abaixo.</p> <p>I. O autor entende a Ética como o campo de conhecimento metafísico que, baseado nas finalidades últimas, ideais e transcendentais da ação humana, busca estabelecer as leis que garantam a perfectibilidade da organização social.</p> <p>II. O autor entende que o homem é dotado de capacidade individual de autodeterminação, caracterizada por compatibilizar autonomia e livre-arbítrio com os múltiplos condicionamentos naturais, psicológicos ou sociais que impõem predisposições ao seu agir.</p> <p>III. A referência a Hobbes, Leibniz e Espinosa e a citação de uma expressão em latim são elementos do discurso que revelam a seguinte intencionalidade do autor: realizar recorte excludente no potencial grupo de leitores, baseado na especialidade profissional.</p> <p>O texto abona SOMENTE</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>

**Instruções:** As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1            *Nos séculos XVIII e XIX e no começo do século*  
*XX, os extraordinários acontecimentos que anunciavam a*  
*promessa de uma nova sociedade pareciam dividir*  
*nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da*  
5 *liberdade e do progresso social, permitindo aos*  
*revolucionários traduzir em programas políticos sua fé na*  
*força emancipatória da aliança entre o intelectual educador*  
*e o proletário moderno. Contudo, seu diagnóstico da*  
*realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces*  
10 *dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação*  
*e domínio emersas das próprias revoluções democráticas,*  
*detectando um problema central para aqueles que ainda*  
*hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que*  
*ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária*  
15 *podem se ampliar e ter efetividade em um universo*  
*impregnado – e decodificado – pela cultura do*  
*individualismo e da competição.*

(PIOZZI, Patrizia. **Os arquitetos da ordem anárquica:** de Rousseau a Proudhon e Bakunin. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 213.)

11. No primeiro período do texto, referindo-se aos séculos XVIII, XIX e ao começo do século XX, a autora
- (A) manifesta sua compreensão de que episódios antecipadores de novas ordens sociais derivam necessariamente de um entendimento dicotômico do mundo – os bons, defensores da liberdade, e os maus, seus inimigos.
  - (B) desenvolve a idéia de que visões do mundo que implicam divisões rígidas entre defensores e inimigos da liberdade conduzem a projetos que convencem mais pela crença do que pelo exercício da razão.
  - (C) assinala que os programas políticos dos revolucionários, que expressam a convicção de que a união entre o intelectual educador e o proletário moderno constitui um vetor de libertação, circularam em contexto que dava a impressão de supor o mundo dividido em dois blocos.
  - (D) defende a idéia de que a visão do mundo como tensão entre forças opostas – a dos defensores e a dos inimigos da liberdade – é concepção desvirtuada, produzida pela proximidade de acontecimentos extraordinários que anteciparam novos rumos para a sociedade.
  - (E) denuncia a irresponsabilidade de uma visão de mundo maniqueísta (de um lado os defensores da liberdade, de outro, seus inimigos), que, por sua inoperância, provoca a promessa de mundos mais justos, em que intelectuais e proletários formem uma aliança digna.

12. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas, detectando um problema central para aqueles que ainda hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária podem se ampliar e ter efetividade em um universo impregnado – e decodificado – pela cultura do individualismo e da competição.*

Observado o período acima e o contexto, é correto afirmar que

- (A) o emprego de *já* denota anterioridade da ação de “diagnosticar” em relação à ação de “atentar”.
- (B) a frase articulada em torno de *detectando* tem caráter hipotético.
- (C) a expressão *ainda hoje* contribui para exprimir a idéia de anacronismo.
- (D) as expressões *a busca intelectual do verdadeiro* e *a ação solidária* correspondem, respectivamente, a *utopia* e *lógica dos fatos*.
- (E) os dois-pontos poderiam dar lugar, sem comprometimento da correção e do sentido originais, à formulação destacada em: “... a lógica dos fatos, **a saber**, até que ponto...”.

13. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas...*

No fragmento acima, sempre considerado o contexto,

- (A) *Contudo* tem o mesmo valor que a expressão destacada em “Ele não veio, **ainda assim** foi-lhe feita a homenagem programada”.
- (B) o emprego de *próprias* fortalece o seguinte entendimento: não seria de se esperar que novas formas de manipulação e domínio adviessem das revoluções democráticas.
- (C) se a frase *embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé* for substituída por “se, por acaso, não abalasse os alicerces dessa fé”, o sentido original ficará mantido.
- (D) *seu* remete a *proletário moderno*, termo da oração imediatamente anterior.
- (E) *emersas*, considerada em relação à palavra “imersas”, pode servir de exemplo de palavra homônima homófona e homógrafa.

14. Passagens foram pontuadas de maneira distinta daquela encontrada no texto. O segmento alterado, indicado entre reticências, que está pontuado conforme a gramática normativa e que mantém o sentido original, é:

- (A) (linhas 2 e 3) ... *acontecimentos, que anunciavam a promessa de uma nova sociedade,...*
- (B) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores, e os inimigos da liberdade, e do progresso social...*
- (C) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente: o mundo entre os defensores; e os inimigos da liberdade e do progresso social...*
- (D) (linha 6) ... *traduzir, em programas políticos, sua fé...*
- (E) (linhas 7 e 8) ... *força emancipatória da aliança, entre o intelectual educador, e, o proletário moderno...*

<p>15. Transpondo a frase <i>os extraordinários acontecimentos pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da liberdade e do progresso social</i> para a voz passiva, a forma verbal corretamente obtida é:</p> <p>(A) parecia ser dividido.          (B) pareciam ter sido divididos.          (C) tinha sido dividido.          (D) tinha parecido dividir.          (E) pareciam dividirem.</p>	<p>17. A frase que está clara e totalmente conforme a norma padrão da Língua Portuguesa é:</p> <p>(A) Estar atento é o dever da humanidade, no sentido de que o descuido com a liberdade pessoal e coletiva não volte a existir e para que sistemas de organização não pareçam como uma receita para os povos.          (B) Naquele curso, os preparadores se comportavam estabelecendo regras que, se forem seguidas, a pessoa se tornaria um bom profissional, modelo mesmo de atuação bem sucedida.          (C) Sendo um dos mais preparados, se não o mais competente, começou dizendo que cada um dos que ali estavam tinha condições de chegar aonde quisesse, e que as metas pessoais poderiam ser manifestadas dali a pouco.          (D) Em certos depoimentos é mostrado o como um cidadão não deve agir, e a análise entre um comportamento adequado e um considerado pouco eficaz deixa claro o que é melhor.          (E) Apesar do homem não entender o motivo da presença do delegado, observou que ele nada notou nas pessoas ali presentes que pudessem levantar suspeitas.</p>
<p>16. Muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar instância particular /instância comum. O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência do seu papel. Às vezes, seus interesses pessoais podem correr o risco de prejuízo. Mas ele tem de ser um mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito institucional em que se dão as decisões; estas afetam o conjunto das pessoas.</p> <p>O discurso acima está lógica, clara e corretamente organizado num único período assim:</p> <p>(A) Muitos são os exemplos que elucidam a dificuldade de se harmonizar a instância particular com a comum, a exigir a tomada de consciência do homem que milita na esfera política acerca da necessidade de sua atuação como mediador entre os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que se tomam decisões para o conjunto da sociedade, ainda que, em certas circunstâncias, seus interesses pessoais possam correr o risco de ser prejudicados.          (B) Visto que muitos exemplos elucidam como é difícil harmonizar a instância particular e a comum, o homem militante está na hora de tomar consciência do seu papel político, quando corre o risco, às vezes, de ter interesses pessoais prejudicados, mas deve ser o mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito em que as decisões coletivas são tomadas, que afetam a todos.          (C) O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência – considerado que muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar entre si as instâncias particular e a comum: seu papel é daquele que media os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que as decisões são tomadas, vindo a afetar o conjunto das pessoas e, porventura, o seu próprio interesse pessoal.          (D) É difícil, e há exemplos disso, de que o particular e o comum raramente se harmonizam, mas, mesmo correndo riscos de ter interesses pessoais prejudicados, o homem que milita na esfera política tem de conscientizar de que seu papel é mediar interesses entre os anseios das distintas camadas da sociedade com o âmbito institucional em que as decisões em plano de nação são tomadas.          (E) Muitas vezes o homem que milita na esfera política conhece a dificuldade de harmonizar a instância particular e a comum, e muitos exemplos há disso, mas é chegada a hora de se tomar consciência do papel do político como mediador dos anseios das diferentes camadas da sociedade frente às instituições em cujo o âmbito tomam-se decisões que afetam toda a sociedade e talvez os interesses pessoais dele.</p>	<p>18. A frase em que a grafia e a acentuação estão em conformidade com as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:</p> <p>(A) Ao se estender esse vizez interpretativo, correm o risco de por tudo à perder, na medida em que será alterada a estratégia da pesquisa previamente adotada.          (B) Sua pretenção ao consenso esvaiu-se quase que de repente, quando notou que entorno de si as pessoas mais pareciam descansar que dispostas à debates.          (C) Tomou como ultrage a displicência com que foi recebido, advinhando que o mal-estar que impregnava o ambiente era mais que uma questão eminentemente pessoal.          (D) Estava atrás de um acessório que o dispensasse de promover a limpeza do aparelho e sua conseqüente manutenção depois de cada utilização, mas não pôde achá-lo por alí.          (E) Quando se considera a par do tema, ajuíza sem medo, mas, ao se compreender insipiente, pára tudo e pede aos especialistas que o catequizem no assunto para não passar por néscio.</p>

19. A frase em que a concordância está totalmente conforme as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:

- (A) A legalidade e a pertinência dos contratos, pelo menos agora, não é mesmo aferível, dado que no campo das relações lusas-latino-americanas deve haver muitos acordos sem registro.
- (B) Os diretores houveram por bem antecipar o anúncio das novas diretrizes, que deveriam passar a ser respeitadas imediatamente em quaisquer que fossem as áreas.
- (C) Foi irresistível a idéia, naquela ocasião, de se estipularem quais as ações solidárias mais úteis do ano e concluiu-se que não existe condições de acordo nesse particular.
- (D) É possível que surja, e não existem pessoas que defendam o contrário, opiniões divergentes de especialistas renomados, e devemos considerá-las com todo respeito.
- (E) Os alicerces teóricos do modelo em estudo pode ser encontrado em várias obras, de vários escritores, inclusive na de um chinês, já encontrada em língua portuguesa.

20. Considerada a norma padrão da Língua Portuguesa, a frase que está totalmente correta é:

- (A) Não sei porque o uso dos porquês constitui entraves, visto que a grande maioria das gramáticas normativas contém explicações detalhadas sobre o assunto.
- (B) Vemos que a percepção de Vossa Senhoria vem de encontro à nossa, Senhor Ministro, e que também considera triste todas as situações relatadas, motivo por que reiteramos que pode contar com nós todos para enfrentar o desafio.
- (C) Visitam muitas comunidades as quais o passado é padrão para o presente e, nelas, se qualquer inovação contradizer os costumes instituídos há gerações, será imediatamente elidida.
- (D) A questão com que os estudiosos não souberam lidar tem a ver com a impressão que causaram nos habitantes da mata: a de que vinham para instruí-los a como viver bem.
- (E) A produção daquele grupo de nativos é 2 vezes superior da que se realiza pelos que vêm de fora e, se não advirem, por interferência dos mal-informados, restrições ao modo primitivo de tratar as fibras, essa proporção pode aumentar.

21. O Administrador Público ao observar que determinado servidor público deixou de desempenhar, reiteradamente, suas atribuições com dedicação, passando a ter comportamento desleixado, improdutivo e indiferente no cumprimento dos seus deveres, resolve instaurar processo disciplinar tendo em vista a violação do princípio da

- (A) publicidade.
- (B) eficiência.
- (C) continuidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) legalidade.

22. Considere as seguintes proposições:

- I. No ato administrativo discricionário, a competência pode ser transferida pela simples vontade dos agentes públicos interessados.
- II. O poder hierárquico conferido à Administração Pública relaciona-se com o requisito de validade do ato administrativo da competência.
- III. O motivo expresso como razão determinante do ato discricionário vincula a Administração Pública, de tal forma que, uma vez constatada a falsidade do motivo, o ato não será válido.
- IV. A presunção de legitimidade dos atos administrativos é absoluta enquanto que a presunção de veracidade é relativa.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. De acordo com a Lei nº 8.112/90, no processo administrativo disciplinar, o prazo para conclusão da sindicância NÃO excederá

- (A) cento e vinte dias, podendo ser prorrogado pelo tempo necessário para a regular apuração da existência de infração disciplinar.
- (B) noventa dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do presidente da comissão processante.
- (C) noventa dias, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, a critério da autoridade superior.
- (D) sessenta dias, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, a critério do presidente da comissão processante.
- (E) trinta dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

24. Considere as seguintes assertivas a respeito das responsabilidades:

- I. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- II. Não há responsabilidade civil decorrente de ato omissivo culposo, inclusive se resultar em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- III. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- IV. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

25. No que se refere aos prazos e situações deles decorrentes, nos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, analise:

- I. Os interessados serão intimados de diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se a data, a hora e o local de sua realização.
- II. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser sucinto e emitido no prazo máximo de dez dias, improrrogáveis.
- III. O prazo para a interposição de qualquer recurso administrativo é de quinze dias, contado a partir da divulgação oficial da decisão recorrida.
- IV. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados, no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior, podendo este, se for o caso, ser dilatado até o dobro.

Nesses casos, APENAS são corretos:

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e IV.

26. NÃO é causa de perda ou suspensão de direitos políticos:

- (A) cancelamento da naturalização por decreto do Presidente da República, em processo administrativo, assegurada a ampla defesa.
- (B) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- (C) improbidade administrativa, nos termos delineados na Constituição Federal do Brasil.
- (D) incapacidade civil absoluta.
- (E) recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos da Constituição Federal do Brasil.

27. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de

- (A) dezoito anos e facultativos para os analfabetos, maiores de setenta anos e maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (B) vinte e um anos e facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.
- (C) dezoito anos e facultativos para os analfabetos, maiores de sessenta anos e maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (D) dezesseis anos e facultativos para os analfabetos, para os maiores de quatorze anos e menores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (E) dezoito anos e facultativos para os analfabetos, maiores de sessenta e cinco anos e maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

28. Espécie normativa que poderá ser adotada pelo Presidente da República, no caso de relevância e urgência, com força de lei e submetida de imediato ao Congresso Nacional.

Trata-se de

- (A) medida provisória.
- (B) emenda à Constituição.
- (C) lei ordinária.
- (D) lei complementar.
- (E) decreto legislativo.

29. Quanto as funções essenciais à Justiça estabelecidas na Constituição Federal, considere:

- I. ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- II. o Conselho Nacional do Ministério Público tem como seu presidente o Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- III. o Chefe do Ministério Público nos Estados é o Defensor Público-Geral, escolhido, em lista tríplice pelas Assembléias Legislativas.
- IV. o Membro do Ministério Público adquirirá a vitaliciedade após quatro anos de exercício.
- V. são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) I e V.
- (D) II e IV.
- (E) II e V.

30. A Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004, estabeleceu, dentre outras hipóteses, que é obrigatória a promoção de juiz que figure por

- (A) seis vezes consecutivas ou oito alternadas em lista de antiguidade.
- (B) cinco vezes consecutivas ou sete alternadas em lista de merecimento.
- (C) quatro vezes consecutivas ou seis alternadas em lista de antiguidade.
- (D) três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- (E) duas vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O Movimento de Reconceitualização é prisioneiro de uma antiga contradição; a coexistência de uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita, originando um duplo dilema até hoje presente na prática profissional:

- (A) o positivismo e o reformismo.
- (B) o pragmatismo e o idealismo.
- (C) o messianismo e o fatalismo.
- (D) o liberalismo e o conservadorismo.
- (E) o tomismo e o catolicismo.

32. O Serviço Social se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos instrumentos utilizados pelo Estado, pelo empresariado e com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva de enfrentamento e regulação da chamada questão social. Assim, compreende-se que a prática profissional do serviço social é

- (A) impedida de se expressar livremente, pois a ela é imposta uma gama de diretrizes que estão além da capacidade individual de cada Assistente Social.
- (B) permeada por valores contraditórios, exigindo do profissional uma postura ético-política neutra.
- (C) dividida entre aqueles que optam por um projeto político em prol das classes subalternas e aqueles que estão a serviço do grande capital.
- (D) controlada pelas várias entidades sócio-assistenciais estatais, imputando à profissão um caráter conservador intransponível.
- (E) polarizada pelos interesses de classes sociais, não podendo ser pensada fora desta relação.

33. A Seguridade Social, na Constituição Federal de 1988, aparece como um conjunto de direitos públicos. É função da seguridade:

- (A) promover a igualdade.
- (B) promover a autonomia.
- (C) reduzir a violência.
- (D) assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (E) melhorar a qualidade de vida.

34. O CONAD, Conselho Nacional Anti-Drogas, aprovou a nova Política Nacional sobre Drogas. Um dos pressupostos desta política é

- (A) reduzir as conseqüências sociais e de saúde, decorrentes do uso indevido de drogas para a pessoa, comunidade e a sociedade.
- (B) reconhecer as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada.
- (C) discriminar as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.
- (D) esclarecer à sociedade sobre os prejuízos sociais e as implicações negativas pelo uso indevido de drogas e suas conseqüências.
- (E) organizar campanhas de prevenção do uso indevidos de drogas.

35. A reforma promovida na Previdência Social teve como uma das principais medidas o aumento da idade mínima para a aposentadoria. Este fato ocorreu durante o

- (A) primeiro mandato do governo Luis Inácio Lula da Silva.
- (B) governo de Fernando Collor.
- (C) governo José Sarney.
- (D) governo Fernando Henrique Cardoso.
- (E) governo Itamar Franco.

36. As proposições mais recentes de "flexibilização das relações de trabalho"

- (A) atendem as demandas da maioria das organizações dos trabalhadores.
- (B) colidem com os direitos sociais conquistados historicamente.
- (C) são próprias do modelo fordista de controle da força de trabalho.
- (D) encontram fortes resistências nos meios empresariais.
- (E) chocam-se com as exigências do processo de globalização neoliberal.

37. O processo de inversão dos discursos e práticas realizado pelo Estado, na condução das políticas sociais dos anos 90, originou a refilantropização social, no sentido de uma moderna filantropia empresarial e no crescimento das ONGs. Essa expressão, refilantropização, surgiu para explicitar

- (A) o apelo às novas formas de caridade religiosa em detrimento da sociedade civil laica.
- (B) a expansão do voluntariado para as causas humanitárias em situações de tragédias naturais e de calamidades públicas.
- (C) o movimento por meio do qual o Estado vai progressivamente assumindo o papel subsidiário e complementar no equacionamento das demandas sociais, transferindo às organizações sociais da sociedade civil as iniciativas deste campo.
- (D) a privatização da assistência social e a publicização da previdência voltada às diversas categorias de trabalhadores públicos e privadas.
- (E) a politização da sociedade civil organizada entre uma gama variada de atores sociais tais como: empresas, instituições religiosas, partidos políticos.

38. O surgimento do Serviço Social como profissão na sociedade brasileira, seu assalariamento e a ocupação de um espaço na divisão sócio-técnica do trabalho, bem como a estruturação de seu mercado de trabalho é resultante

- (A) da caridade das "senhoras da sociedade" em favor dos menos favorecidos.
- (B) das ações da Igreja Católica numa perspectiva assistencial, religiosa e filantrópica.
- (C) da mobilização do Estado e do empresariado, com o suporte da Igreja Católica para a cristianização da sociedade.
- (D) do enfrentamento do proletariado à classe dominante e os posicionamentos da sociedade perante esse conflito.
- (E) de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldam sua necessidade social e definem os seus usuários.



<p>39. A “matéria prima” e a justificativa da constituição do espaço profissional do Assistente Social na divisão sócio-técnica do trabalho e na construção de sua identidade profissional é</p> <p>(A) a questão social, entendida como a disputa pela riqueza social na sociedade capitalista pelas classes sociais.</p> <p>(B) o usuário e suas relações históricas, sociais e políticas.</p> <p>(C) a família, entendendo-a como “lócus” privilegiado de convivência e sobrevivência.</p> <p>(D) a gestão das políticas públicas assistenciais.</p> <p>(E) a reprodução social da vida, através de mecanismos que possam atingir resultados concretos.</p>	<p>43. A conjuntura do pós 64 abriu no Brasil a necessidade de um processo de renovação do Serviço Social, que assumiu três direções. Uma delas está voltada para a adequação do serviço social à ordem sócio-política implantada em 1964. Essa tendência da renovação do Serviço Social se qualifica como</p> <p>(A) reatualização do conservadorismo.</p> <p>(B) reformismo profissional.</p> <p>(C) perspectiva modernizadora.</p> <p>(D) paradigma fenomenológico.</p> <p>(E) político-ideológico.</p>
<p>40. A Lei Federal nº 8.662, de 07/06/93, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e no Artigo 5º é colocado que são atribuições privativas do profissional de Serviço Social</p> <p>(A) ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades.</p> <p>(B) elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais.</p> <p>(C) dirigir serviços técnicos em entidades públicas ou privadas, bem como supervisionar os trabalhos de todos os envolvidos.</p> <p>(D) prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.</p> <p>(E) prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais.</p>	<p>44. A reconceituação apontava para uma crítica radical ao tradicionalismo. A passagem dos anos 70 aos 80 e o movimento operário sindical, o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com este tradicionalismo, com implicações para a profissão. Neste contexto, os Assistentes Sociais investiram fortemente em dois planos:</p> <p>(A) organizou-se a categoria profissional e investiu-se na formação por meio da pós-graduação.</p> <p>(B) reforçou-se a erosão do Serviço Social tradicional e reafirmou-se a liderança dos profissionais no contexto da América Latina.</p> <p>(C) validou-se o tradicionalismo e propiciou-se condições sociais novas ao desenvolvimento da profissão.</p> <p>(D) integrou-se a profissão no circuito universitário e bloqueou-se o processo de renovação da área.</p> <p>(E) organizou-se a classe trabalhadora e qualificou-se a categoria profissional.</p>
<p>41. O Código de Ética, vigente desde 1993, nos indica a diretriz para o exercício profissional, um caminho ético-político. O desafio está em</p> <p>(A) trabalhar em equipe com profissionais que possuem princípios éticos não políticos.</p> <p>(B) comprometer-se com a emancipação e a plena expansão dos movimentos sociais.</p> <p>(C) conseguir a organização e a repercussão efetiva da ética nos movimentos reivindicatórios.</p> <p>(D) materializar os princípios éticos na cotidianidade do trabalho profissional nas instituições.</p> <p>(E) ter autonomia e emancipação profissional.</p>	<p>45. A construção e a visualização de uma identidade profissional, no mercado de trabalho, e a luta pela produção de novas práticas sociais que tenham na consolidação da democracia e no fortalecimento da cidadania a sua busca, traz como exigências</p> <p>(A) o reposicionamento das práticas institucionais e as determinações políticas nelas implícitas e as relações entre as áreas do saber.</p> <p>(B) o redirecionamento de algumas áreas do saber para o fortalecimento da cidadania.</p> <p>(C) a superação da relação hegemônica das diferentes áreas do saber em detrimento das práticas institucionais.</p> <p>(D) a paralização do movimento, reduzindo o próprio exercício do saber à transmissão do conhecimento acumulado.</p> <p>(E) a elaboração de uma nova práxis profissional, baseada na heterogeneidade das diversas áreas do saber.</p>
<p>42. É desafio ao profissional do Serviço Social desenvolver mediações que levem</p> <p>(A) à acomodação dos dominados diante das ações dos dominadores.</p> <p>(B) à sublevação dos dominados.</p> <p>(C) ao controle democrático dos recursos institucionais pela própria população.</p> <p>(D) ao usuário a reconhecer suas limitações.</p> <p>(E) à instituição a reconhecer os limites do saber profissional.</p>	<p>46. Considerando a relação teoria-prática, o saber que informa a ação profissional cotidiana é complexo. É uma combinação histórica específica de diversos modos de conhecimento, de certa forma hierarquizados. Em síntese, a construção do saber do profissional, tendo em vista a intervenção, realiza um tríplice movimento de</p> <p>(A) crítica, de construção de um conhecimento novo e de nova síntese no plano do conhecimento e da ação.</p> <p>(B) mediação, de criação de novas propostas e de novos conhecimentos.</p> <p>(C) experimentação, de reconstrução e de superação de limitações.</p> <p>(D) reflexão, de superação de limitações e de resultados.</p> <p>(E) elaboração de conhecimentos, de avaliação e redirecionamento de saberes.</p>

<p>47. A ética passa a ser reconhecida como componente fundamental do projeto profissional do Assistente Social na década de 90, e o debate ético leva em consideração que</p> <p>(A) os limites e as possibilidades de realização profissional estão contidos no próprio profissional.</p> <p>(B) o modelo ético adotado pelo Serviço Social é moralizante e imutável.</p> <p>(C) a possibilidade da coexistência da fé e da razão são inerentes ao modelo ético adotado.</p> <p>(D) os fundamentos da ética são sociais e históricos.</p> <p>(E) os postulados desse debate ético se permeiam pelos postulados da sociabilidade, da dignidade e da perfectabilidade.</p>	<p>51. Ao discorrer sobre planejamento social, o objeto em planejamento é considerado</p> <p>(A) o dado real que se trabalha.</p> <p>(B) a identificação e análise de informações que acontecem em diferentes etapas.</p> <p>(C) um sistema de proposições sobre a instituição.</p> <p>(D) a parte prática e coerente da área de atuação.</p> <p>(E) uma delimitação deliberada a partir dos objetivos institucionais.</p>
<p>48. O Serviço Social e a interdisciplinaridade estão intrinsecamente ligados, uma vez que o Serviço Social articula diferentes conhecimentos de modo próprio, num movimento crítico entre prática-teoria e teoria-prática. Isto, entendendo-se interdisciplinaridade como</p> <p>(A) soma de conhecimentos e alargamento de saberes.</p> <p>(B) fonte de conhecimento e sistematização de outros conhecimentos, que vêm a constituir um novo conhecimento.</p> <p>(C) pluralidade de conhecimentos e diferentes formas de entender o real.</p> <p>(D) prática profissional e objetivação na construção coletiva de novos conhecimentos.</p> <p>(E) postura profissional e princípio constituinte da diferença e da criação.</p>	<p>52. Durante a execução de um Projeto, é correto afirmar que o monitoramento</p> <p>(A) permite aprender o contexto, os insumos internos e externos à organização mobilizados para a consecução do projeto, o perfil do público alvo inscrito e a demanda reprimida.</p> <p>(B) caracteriza-se como um objetivo centralizador, considerando-se que a probidade, competência e eficiência no uso de recursos publicamente apropriados constituem, em regimes democráticos, uma das condições para a confiança pública.</p> <p>(C) fornece informações importantes sobre problemas ou desvios no seu desempenho que podem afetar a obtenção das metas ou resultados propostos, o que permite correções no decorrer da ação.</p> <p>(D) produz mudanças quantitativas, significativas e duradouras na qualidade de vida ou desenvolvimento do público beneficiário da ação que o projeto foi capaz de produzir.</p> <p>(E) demanda a adoção de uma perspectiva comparativa entre o antes e o depois, uma das grandes dificuldades para sua efetivação e para definição das relações de causalidade entre objetivos e resultados do projeto.</p>
<p>49. O conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo do Serviço Social, juntamente com um compromisso ético-político, permite que</p> <p>(A) a prática profissional nas instituições não se reduza ao atendimento imediato das demandas.</p> <p>(B) se tenha uma visão compreensiva do Serviço Social, tendo em vista a relação dos espaços de intervenção e o caráter interdisciplinar.</p> <p>(C) a relação do saber profissional se sobreponha ao cotidiano do sujeito.</p> <p>(D) haja um envolvimento permanente com a prática emergente e pura.</p> <p>(E) se privilegie atenção às estratégias técnicas do trabalho social.</p>	<p>53. A Lei Orgânica da Saúde, Lei Federal nº 8.080/90, regulamentou os dispositivos constitucionais sobre a Saúde do Trabalhador. Estes dispositivos abrangem a</p> <p>(A) avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde do trabalhador.</p> <p>(B) formação de comissões/conselhos locais que deliberem sobre o atendimento aos trabalhadores.</p> <p>(C) requalificação dos trabalhadores acometidos de problemas de saúde referentes a dadas profissões.</p> <p>(D) intervenção junto às entidades para a definição das “doenças do trabalho”.</p> <p>(E) garantia ao trabalhador de um atendimento médio prioritário no SUS – Sistema Único de Saúde.</p>
<p>50. A mudança na Assistência Social, no sentido de sua transformação em uma Política Pública, só acontece quando ela passa a diferenciar-se</p> <p>(A) do liberalismo.</p> <p>(B) da filantropia.</p> <p>(C) do Estado.</p> <p>(D) da cidadania.</p> <p>(E) da ideologia.</p>	

<p>54. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a “Constituição Cidadã”, Artigo 5º, todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Assim, podemos considerar esses direitos, nos seguintes termos:</p> <p>(A) o registro civil de nascimento e a certidão de óbito são pagos, inclusive para os reconhecidamente pobres.</p> <p>(B) o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, mas não para o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.</p> <p>(C) a lei penal poderá ser retroagida, em qualquer tempo, independente da situação do réu.</p> <p>(D) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.</p> <p>(E) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, sendo optativa a informação à família.</p>	<p>57. Foi somente em 1988, na Constituição Federal, que a Assistência Social passou a integrar o Sistema de Seguridade Social, como política pública não contributiva. Além da Assistência Social, compõe esse sistema a</p> <p>(A) Saúde e a Educação, não contributivas.</p> <p>(B) Previdência Social e a Saúde, contributivas.</p> <p>(C) Saúde, não contributiva, e a Previdência Social, contributiva.</p> <p>(D) Saúde, a Educação e a Segurança, não contributivas.</p> <p>(E) Previdência, a Saúde e a Segurança, não contributivas.</p>
<p>55. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, no Artigo 7º, dispõe sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Além de outros, um desses direitos é</p> <p>(A) o piso salarial fixo, independente da extensão e da complexidade do trabalho.</p> <p>(B) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.</p> <p>(C) o 13º salário com base na remuneração média ou no valor da aposentadoria.</p> <p>(D) a duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e quarenta e oito horas semanais, facultado a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.</p> <p>(E) a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 16 anos.</p>	<p>58. A Lei Orgânica de Assistência Social definiu uma estrutura descentralizada e democrática para a Política Nacional de Assistência Social. Essa estrutura constitui-se de</p> <p>(A) Conselhos Municipais, do Distrito Federal, Estaduais e Nacional de Assistência Social; Planos de Assistência Social, elaborados nas 3 esferas e Fóruns Nacional, regionais e municipais.</p> <p>(B) Fundos Públicos para financiamento das ações; Conselhos Municipais, do Distrito Federal, Estaduais e Nacional de Assistência Social; Fóruns Nacional, regionais e municipais.</p> <p>(C) Planos de Assistência Social, elaborados pelas 3 esferas de governo e Fundos Públicos para financiamento das ações.</p> <p>(D) Conselhos Municipais, do Distrito Federal, Estaduais e Nacional de Assistência Social e Fundos Públicos para as 3 esferas de governo.</p> <p>(E) Fundos Públicos para financiamento das ações; Conselhos Municipais, do Distrito Federal, Estaduais e Nacional de Assistência Social; Planos de Assistência Social, elaborados pelas 3 esferas de governo.</p>
<p>56. As ações na área de assistência social, conforme diz a Lei Orgânica da Assistência Social, são organizadas em um</p> <p>(A) sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social.</p> <p>(B) modelo burocrático e afirmativo da influência de questões inerentes à assistência social.</p> <p>(C) sistema descentralizado, mas onde a participação da população é fictícia.</p> <p>(D) modelo tipicamente brasileiro, onde a solidariedade é fator essencial na dinâmica de gestão da assistência social.</p> <p>(E) sistema que é composto por fóruns e conselhos de assistência social, de caráter transitório e de composição paritária.</p>	<p>59. A IV Conferência de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, em Brasília/DF, deliberou sobre a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Com base nessa deliberação, o Ministério de Desenvolvimento Social e o Conselho Nacional de Assistência Social elaboraram uma proposta para a Política Nacional de Assistência Social que foi amplamente discutida em todo o território nacional e aprovada em 2004. Qual o instrumento que disciplina a gestão pública da Política Nacional de assistência e o que nele é estabelecido, respectivamente?</p> <p>(A) o Plano Nacional da Assistência Social / as ações e o orçamento para implantação e implementação das mesmas.</p> <p>(B) o Programa de Atenção Integral à Família / o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios capazes de promover, no dia a dia, de forma integrada às demais políticas públicas, o processo de inclusão social.</p> <p>(C) o Centro de Referência de Assistência Social / a atuação com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e fortalecimento do convívio sócio-familiar.</p> <p>(D) a Norma Operativa Básica – Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) / o caráter e os níveis de gestão do SUAS, bem como as funções da política pública e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação.</p> <p>(E) o Fundo Nacional de Assistência Social / os recursos financeiros para o desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios para extensão da proteção social.</p>

<p>60. A proteção social na Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social, para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família.</p> <p>Quais são as proteções afiançadas pela Assistência Social e aonde as ações previstas são desenvolvidas, respectivamente?</p> <p>(A) A transferência de renda e a prestação de serviço à comunidade / CRAS e CREAS.</p> <p>(B) A proteção social básica e a proteção social especial / CRAS e CREAS.</p> <p>(C) a convivência familiar e a medida sócio-educativa / CREAS E CRAS.</p> <p>(D) a prestação de serviço à comunidade e o benefício de prestação continuada / CRAS e CREAS.</p> <p>(E) O abrigo e o programa de atenção integral à família / CRAS e CREAS.</p>	<p>64. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar deve ser realizado sob a responsabilidade do</p> <p>(A) Ministério Público.</p> <p>(B) Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.</p> <p>(C) Conselho Nacional da Criança e do Adolescente.</p> <p>(D) Conselho de Segurança Comunitário.</p> <p>(E) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.</p>
<p>61. Das medidas sócio-educativas, segundo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, a Prestação de Serviço à Comunidade poderá ser aplicada ao adolescente</p> <p>(A) pelo delegado de polícia.</p> <p>(B) pela Polícia Federal.</p> <p>(C) pelo Ministério Público.</p> <p>(D) pelo advogado.</p> <p>(E) pela Polícia Comunitária.</p>	<p>65. O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 2003, assegura a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe</p> <p>(A) o acesso restrito, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços.</p> <p>(B) a prevenção e manutenção da saúde do idoso por meio da efetivação de um cadastramento da população idosa em base territorial.</p> <p>(C) o atendimento geriátrico e gerontológico em pronto-socorros e hospitais.</p> <p>(D) a garantia do fornecimento com desconto de medicamentos, especialmente os de uso continuado.</p> <p>(E) a cobrança de valores diferenciados pelos planos de saúde privados, em razão da idade.</p>
<p>62. Em relação ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, o ECA determina que é</p> <p>(A) proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.</p> <p>(B) proibido o trabalho de menores de 18 anos em qualquer situação.</p> <p>(C) é permitido o trabalho a menores de 16 anos, salvo nos casos de trabalho insalubre.</p> <p>(D) é permitido o trabalho de crianças menores de 14 anos desde que registrados seus direitos previdenciários no Ministério do Trabalho.</p> <p>(E) é permitido o trabalho de menores de 12 anos em situação de aprendizagem profissional resguardando os direitos trabalhistas e previdenciários.</p>	<p>66. Pelo Estatuto do Idoso, nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado a reserva de</p> <p>(A) 5% das unidades residenciais para atendimento aos idosos com critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos da aposentadoria e pensão.</p> <p>(B) 10% das unidades residenciais para atendimento aos idosos e a implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso.</p> <p>(C) 3% das unidades residenciais para atendimento aos idosos e a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso.</p> <p>(D) 1% das unidades residenciais para atendimento aos idosos, com critérios de financiamento compatíveis com os gastos do idoso.</p> <p>(E) 3% das unidades residenciais para atendimento aos idosos e a implantação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso.</p>
<p>63. Uma das grandes conquistas do ECA refere-se ao direito de se ter acompanhante nos casos de internação de criança ou adolescente. Nestes casos, os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão</p> <p>(A) estabelecer procedimentos para a permanência da mãe no maior tempo possível.</p> <p>(B) criar rotinas que favoreçam, em tempo parcial, a permanência dos pais ou responsável.</p> <p>(C) proporcionar condições para permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.</p> <p>(D) identificar a necessidade de permanência do responsável de acordo com as condições físicas da criança.</p> <p>(E) estabelecer permanência mínima de um dos pais ou responsável de acordo com as necessidades físicas da criança ou adolescente.</p>	

67. O Artigo 34, do Estatuto do Idoso, dispõe sobre o benefício mensal de 01 salário mínimo, conhecido por BPC – Benefício de Prestação Continuada, sendo um benefício
- (A) da Assistência Social, integrante do Sistema Único de Assistência – SUAS, pago pelo governo municipal.
  - (B) destinado ao idoso de 65 anos ou mais, sem direito a previdência social e com renda familiar inferior a um quarto do salário mínimo.
  - (C) que, se concedido a um idoso da mesma família não poderá ser concedido a outro.
  - (D) que deve ser requerido junto à Secretaria de Assistência Social Municipal.
  - (E) que pode ser transferido para outra pessoa da família em caso de morte.

68. Das Disposições Gerais sobre a Administração Pública, em seu Artigo 37, a Lei estabelece que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, EXCETO, quando houver compatibilidade de horários a de um cargo de
- (A) professor.
  - (B) médico.
  - (C) nível médio ou superior.
  - (D) professor com outro técnico ou científico.
  - (E) médico com outro de professor.

69. O Plano de Seguridade Social do servidor público civil da União visa à cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família. Um dos benefícios concedidos ao dependente é
- (A) o salário família.
  - (B) o auxílio natalidade.
  - (C) a condição individual e ambiental de trabalho satisfatória.
  - (D) a aposentadoria.
  - (E) a assistência à saúde.

70. As estatísticas de triagem, os relatórios das instituições e as entrevistas com usuários são instrumentos e técnicas que permitem identificar as necessidades sociais concretas dos usuários, subjacentes àquelas demandas concretas, desde que o profissional adote uma
- (A) postura investigativa.
  - (B) atitude participativa.
  - (C) ação mediadora.
  - (D) visão de imparcialidade.
  - (E) intervenção crítica.